

Nota de apresentação

Em resposta ao desafio lançado pela revista “Espaços vividos, Espaços construídos: estudos sobre a cidade”, organizaram-se dois números especiais (5 e 6), em torno de um dos principais temas em que o Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual/CIAUD-FAUL) tem centrado a sua investigação-ação: “Observar e Intervir no Local”, a partir da leitura do espaço como *produto social*, na linha crítica de Henri Lefebvre (1974). Agregou-se um conjunto de ensaios, desenvolvidos pelos seus membros ou por investigadores e técnicos com abordagens similares que o Gestual tem acolhido. De caráter mais teórico ou mais empírico, as reflexões aqui reunidas abordam a produção e transformação do espaço habitacional, em diferentes contextos, com ênfase nas margens urbanas e nos grupos de menores recursos. São contributos para uma visão crítica do modelo hegemónico de produção do espaço e de mercantilização da cidade e para uma reflexão alargada sobre resistências e intervenções alternativas, visando uma cidade mais inclusiva e justa, bem como sobre o papel de diferentes atores, entidades públicas e privadas, organizações da sociedade civil, organizações comunitárias de base e movimentos sociais. Abordam territórios concretos e diferentes tipos de espaços habitacionais, desde bairros autoproduzidos, ditos ‘informais’, loteamentos ou bairros de gênese ilegal, bairros de promoção pública e de realojamento, a bairros mais centrais ou, noutra dimensão, a campos de refugiados. Pretendeu-se desta forma cruzar diferentes territórios, situações de exclusão e experiências de intervenção alternativa ou de luta pelo direito à habitação, ao lugar e à Cidade, na perspetiva emancipadora e de coprodução do espaço de Henri Lefebvre (1968). Dado o alargado leque de contribuições, organizaram-se os artigos em dois grandes subtemas geográficos, sendo o primeiro centrado em Portugal (número 5 da revista) e o segundo (número 6) em outros países da lusotopia (Angola, Brasil, Moçambique), ao qual se acrescentou um dossier sobre “cidades” de refugiados em outras paragens. Ambos os números (5 e 6) incluem testemunhos de experiências profissionais ou metodológicas, com intervenção direta no território.

O presente número 6 apresenta um conjunto de doze artigos. Os três primeiros incidem o olhar sobre cidades moçambicanas, sendo os dois primeiros especificamente sobre a capital. **Isabel Raposo e Sílvia Jorge** refletem sobre a per-

tinência do recurso à noção de Direito à Cidade, preconizada por Lefebvre, para uma (re)leitura histórica contextualizada, a nível global e local, e uma compreensão mais crítica do processo de (auto)produção e transformação das margens de Maputo, numa abordagem diacrónica, dos últimos anos do regime colonial até à atualidade. As autoras interrogam o acesso dos seus habitantes à habitação, aos serviços urbanos, a uma centralidade renovada e, sobretudo, o ‘direito à Obra’, registando resistências e aliados, bem como abordagens alternativas ao sistema dominante. **Luís Lage e Jéssica Lage**, a partir de um desfiar de paradigmas de intervenção em assentamentos autoproduzidos, apresentam as linhas condutoras de um projeto em curso de extensão universitária, inovador e interdisciplinar, o Kaya Clínica, que aposta no envolvimento da academia na assistência técnica comunitária e na qualificação habitacional de um bairro das margens de Maputo, George Dimitrov. Os autores sublinham a desejada continuidade do projeto para além do período em que conta com o financiamento e impulso da Agência Espanhola de Cooperação Internacional. **João Sitole** restitui a sua pesquisa de campo em Moatize, uma vila mineira da província de Tete, questionando e espacializando, numa perspetiva diacrónica, o impacte da mineração e os conflitos socioespaciais gerados. O autor confronta o papel e as visões dos três principais grupos de atores envolvidos nas transformações em curso – as empresas de exploração mineira, o governo local e a população afetada –, evidenciando as dificuldades das instituições públicas em servir de mediadoras entre as lógicas de lucro das empresas e as racionalidades de sobrevivência dos habitantes.

Os cinco artigos que seguem sobre o contexto urbano brasileiro restituem a problemática das extensas e diversas margens urbanas de várias cidades e enquadram o alcance e limites de políticas, ações e resistências, desafiando o papel de diferentes atores, públicos, privados, academia, sociedade civil e movimentos sociais. **Andréa Canavarros**, a partir de uma breve contextualização sobre o panorama dos assentamentos precários e sobre a contradição entre a progressista legislação urbana posterior à Constituição Federal de 1988 e os discursos e práticas políticas, centra o seu olhar na cidade de Cuiabá, no Mato Grosso. A autora mostra como a relevância atribuída ao déficit quantitativo em detrimento do qualitativo, visa justificar uma promoção

pública habitacional, periférica e homogênea, reprodutora da condição de precariedade, em vez de apostar na melhoria urbano-habitacional e na regularização fundiária dos assentamentos. O artigo de **Viviane Rubio e Angélica Alvim** foca-se nos programas de urbanização de favelas posteriores a 1988, tomando como estudo de caso um município da região metropolitana de São Paulo, Osasco, e refletindo sobre o alcance e os limites do Programa de Urbanização Integral de Favelas, aí lançado em 2005, visando a regularização física e fundiária, a participação social e a erradicação da pobreza. Apesar do avanço do processo participativo e das obras realizadas, as autoras registam, como descompassos, a pequena escala e o tempo longo de intervenção, a falta de manutenção e a afluência de novos moradores às áreas de risco ambiental. O artigo de **Débora Sanches e Angélica Alvim**, focado na precariedade habitacional da área central do município de São Paulo, regista o alcance dos programas e projetos de interesse social lançados em 1989 por um governo progressista, que estimulou a organização dos movimentos sociais de ‘moradia’, os quais passaram a reivindicar projetos participativos de requalificação urbana e habitacional com autogestão. O empreendimento de Santa Cecília desencadeado em 1996 é apresentado como um caso bem-sucedido, pautado por uma estreita articulação entre o movimento de ‘moradia’, assessoria técnica e poder público. Os dois artigos que seguem observam, numa análise diacrónica, as transformações ocorridas nas últimas décadas, subjugadas às novas dinâmicas económicas e sociais. **Sara Medeiros**, a partir da descrição cronológica de um estudo de caso na cidade de Natal, o conjunto habitacional Soledade construído em 1977, mostra como conjuntos habitacionais abandonados e periféricos podem ganhar uma certa centralidade, quando são alvo de investimento público ou privado e se desencadeiam processos de valorização imobiliária e gentrificação, visíveis nos novos tipos de habitação. Como a autora postula, a qualificação das áreas urbanas segregadas pode ser geradora de formas de valorização capitalista, de que são atores os próprios moradores. **Débora Cavalcanti** recorda as experiências autogestionárias precursoras e progressistas dos anos de 1990, dinamizadas pela Constituição de 1988, com foco na ação da organização não-governamental CEARAH Periferia, na cidade de Fortaleza, que articulou a habitação e urbanização ao emprego e à formação e comunicação das comunidades. Criticando a falta de monitorização destas experiências e os problemas gerados pelas novas políticas públicas de promoção habitacio-

nal de grande escala, a autora esboça princípios de intervenção visando ultrapassar os limites da Nova Agenda Urbana e sublinha o papel das insurgências e da autonomia das comunidades.

O dossier sobre “cidades” de refugiados em outras paragens confronta a praxis profissional com a reflexão académica. **Per Iwansson** restitui, na primeira pessoa, como foram planeados, em 1991 e 1992, alguns dos campos de refugiados do Quênia, dos maiores do mundo, refletindo sobre o impacto do planeamento na gestão dos campos e na qualidade de vida e questionando a sua localização periférica e o seu carácter temporário, que se mantém 25 anos depois. Face ao investimento e às transformações que ocorrem nos campos e nas suas proximidades, o autor questiona porque estes campos provisórios não se convertem em centros de desenvolvimento das regiões em que se localizam, ou seja, em cidades. O artigo de Márcio Costa esboça uma resposta processual e projetual a esta questão. A partir de um reconhecimento dos vários campos e abrigos de refugiados no mundo, este autor ensaia uma proposta conceptual de solução alternativa de modelo territorial de acolhimento com carácter de permanência, que visa integrar o esforço financeiro da comunidade internacional e dos países de acolhimento, bem como responder ao direito à cidade e ao acesso a um habitat condigno. **Sílvia Viegas** apresenta os primeiros passos do seu projeto de investigação dirigido para os espaços de inclusão socioespacial e habitacional dos refugiados do Médio Oriente e de África na Europa de hoje. Tomando Lisboa como estudo de caso e o acolhimento de africanos de língua portuguesa em Portugal depois de 1975, como referência, a autora recorda a tendência à autoprodução nas áreas metropolitanas e os impactes segregadores e excludentes do realojamento coercitivo e de grande escala, e explora o cruzamento entre a produção de espaços sociais e os espaços políticos.

Por fim, o artigo de **Paulo Moreira** restitui a sua prática de investigação colaborativa nas margens urbanas de Luanda, especificamente na Chicala, realçando o seu contributo para a aproximação entre o bairro e a cidade e para a criação do ‘Observatório da Chicala’. O autor sublinha o papel da dimensão pública da investigação e do arquiteto/investigador na consolidação da memória coletiva de um lugar e no apelo a trabalhos futuros apoiados em abordagens alternativas, mais inclusivas e emancipatórias.

Isabel Raposo e Sílvia Jorge